

Em Rede

Rede de Autarquias Participativas | Nº 10

Dezembro de 2022



REDE DE AUTARQUIAS PARTICIPATIVAS

8



ANOS
A PROMOVER A PARTICIPAÇÃO EM PORTUGAL



FICHA TÉCNICA

TÍTULO Boletim Em Rede
NÚMERO 10
DATA Dezembro de 2022
EDIÇÃO Rede de Autarquias Participativas
PRODUÇÃO Oficina

CONTACTOS

OFICINA

Incubadora de Empresas da Universidade do Algarve
Campus de Gambelas, Pavilhão G8
8005-139 Faro, Portugal

rap@oficina.org.pt

EDIÇÃO DE USO DIGITAL DISPONÍVEL EM

www.portugalparticipa.pt
www.oficina.org.pt/rap.html



CONTEÚDOS

- 4 Apresentação
- 5 Mensagem da Presidência da Rede
- 7 Mensagem da Secretaria Técnica da Rede
- 9 O momento fundador
- 12 Desafios da democracia - Testemunhos de eleitos
- 21 A Rede somos todos nós - Testemunhos de técnicos
- 34 Mensagens de parceiros

APRESENTAÇÃO

Este é um número muito especial do Boletim. É dedicado à comemoração do 8º aniversário da Rede de Autarquias Participativas.

Sim, existem muitos motivos para celebrar o caminho percorrido. O objetivo não é fazer um balanço das atividades realizadas, mas auscultar a forma como alguns dos intervenientes percecionam a Rede, o seu trabalho, as oportunidades que gera e os desafios que enfrenta.

Nas páginas que se seguem encontram-se quase três dezenas de testemunhos de pessoas que ao longo destes anos têm colaborado com a Rede, entre eleitos, técnicos e parceiros.

Agradecemos a vossa leitura!

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DA REDE





José Manuel Ribeiro

Presidente da Câmara Municipal de Valongo
Presidente da Rede de Autarquias Participativas

A Rede de Autarquias Participativas (RAP) cumpre neste mês de dezembro o seu 8º aniversário. Parabéns a todos os envolvidos, os que impulsionaram esta ideia e os que a ela têm vindo a aderir.

A RAP é um movimento colaborativo e um espaço de convergência entre governos locais comprometidos com a qualificação do nosso regime. Esses são motivados pela convicção de que a crise das democracias liberais se contraria com mais democracia e mais participação.

No interior da RAP encontramos as mais avançadas e consolidadas iniciativas de participação cidadã registadas em Portugal. Essas têm como principal alicerce a Constituição da República Portuguesa, a primeira a nível mundial a consagrar o aprofundamento da democracia participativa como um desígnio nacional.

O manancial de inovação inerente às inúmeras práticas em curso é um património singular que o país tem sabido produzir; uma fonte de conhecimento ímpar que temos de ser capazes de potenciar em prol do interesse coletivo, enquanto comunidade coesa, que defende os valores da democracia, sem nunca ceder às derivas populistas, que motivadas pela ambição do poder têm vindo a adotar narrativas que visam fraturar a sociedade, opor grupos sociais e criar divisões estéreis.

Observadores atentos destas dinâmicas adversas, os autarcas têm sabido mobilizar cada vez mais recursos técnicos, orçamentais, logísticos e outros para proporcionar aos seus cidadãos novas formas de viver a democracia local, mais permanentes e próximas das necessidades do quotidiano. Estas visam, entre muitos outros objetivos, ampliar os espaços de diálogo entre a sociedade e as instituições, construir convergências e reforçar a coesão social e o sentido de comunidade.

Estou profundamente convicto que este é um caminho que temos de saber construir em conjunto, solidificando as relações de cooperação, unindo o que está disperso e dando um sentido comum ao trabalho que diariamente levamos a cabo nos nossos territórios.

Por tudo isto, e muito mais, hoje devemos celebrar o aniversário da RAP. Esta ajuda-nos a recordar todos os dias que a democracia é um processo de conquista permanente; que os retrocessos estão ao virar da esquina; que o nosso compromisso vai muito além da implementação de programas de governo; que a nossa missão coletiva é semear a democracia no coração das pessoas.

MENSAGEM DA SECRETARIA TÉCNICA DA REDE





Nelson Dias

Coordenador técnico da Rede de Autarquias Participativas
Associação Oficina, Secretaria Técnica da Rede

A Rede de Autarquias Participativas foi constituída no dia 3 de dezembro de 2014, no âmbito de uma reunião que contou com a representação de trinta e quatro municípios, provenientes de todas as regiões do país. Essa teve lugar ao abrigo da I Conferência Portugal Participa - Caminhos para a Inovação Societal, realizada em Cascais. No programa do evento constava uma sessão com o seguinte título: Rede de Autarquias Participativas - o arranque de um processo. Nada mais certo! É mesmo disso que se trata.

O propósito deste encontro era, no mínimo, incomum: criar uma estrutura colaborativa capaz de contribuir para a sinalização, disseminação, qualificação e divulgação dos processos de democracia participativa, num país que estava a dar os primeiros passos nesta matéria.

Este desafio implicava pisar terreno desconhecido, uma vez que as práticas promovidas pelas autarquias estavam ainda numa fase inicial, em que as dúvidas eram mais do que as certezas, as convicções políticas estavam dispersas, ao mesmo tempo que a qualificação do quadro técnico era insuficiente.

A proposta de criação de uma Rede surgia, assim, como uma oportunidade para a socialização de problemas, dúvidas e soluções associados aos processos participativos; como um espaço composto por rostos e vozes que poderiam ajudar a quebrar o isolamento de cada equipa; como um fórum composto por pessoas que estavam a construir novos códigos linguísticos e métodos de trabalho, ao mesmo tempo que partilhavam angústias e sonhos comuns.

Passados estes oito anos, é possível afirmar, sem margem para hesitações, que a Rede tem sido muito útil para abrir horizontes, consolidar conceitos, afinar metodologias, produzir conhecimento, criar espaços de cooperação e qualificar as equipas.

A Rede é para muitos um "porto seguro", uma estrutura a que podem recorrer para tirar dúvidas, conhecer e adotar boas práticas, abraçar novos desafios, bem como para refletir entre pares o que cada um está a fazer, tudo isto no interior de um ambiente de informalidade e cooperação entre pares.

A diversidade de temas, métodos e produtos de trabalho elaborados ao longo destes oito anos justifica o empenho de todos os envolvidos.

Parabéns à Rede e a cada um dos implicados nesta história de sucesso.

O MOMENTO
FUNDADOR

DEZEMBRO DE 2014



O arranque de um processo

A Rede de Autarquias Participativas foi constituída no dia 3 de dezembro de 2014, no âmbito de uma reunião que teve lugar ao abrigo da Conferência Portugal Participa, realizada em Cascais.



1ª Conferência "Portugal Participa - Caminhos para a inovação societal"



Sessão "Rede de Autarquias Participativas: o arranque de um processo"

Sessão "Rede de Autarquias Participativas: o arranque de um processo"
Assinatura da "Carta de compromisso com a criação da Rede"



DESAFIOS DA
DEMOCRACIA

TESTEMUNHOS DE
ELEITOS





Albertina Oliveira

Vereadora da Câmara Municipal de Lagoa - Açores
Vice-Presidente da Rede de Autarquias Participativas

A democracia atravessa tempos difíceis, com os mais recentes acontecimentos em várias partes do mundo, por consequência de fragilidades dos sistemas democráticos, tornando-se crucial encontrar novas formas de participação democrática, para que a cidadania seja um exercício ativo, visível e atuante. Deste modo, **a democracia deverá assumir novas dinâmicas de participação, adotando novas abordagens de proximidade, mobilizando a sociedade para formas de envolvimento mais atrativas, transversais e de responsabilidade comum, partindo das famílias, das organizações, das escolas e dos partidos políticos.** Para o efeito, o papel das escolas é fundamental para, desde cedo, sensibilizar a criação e a valorização de hábitos de participação e intervenção cívica, através da dinamização de assembleias de escola e da disciplina de cidadania, dando voz às crianças e jovens, para um diálogo sujeito-mundo. É importante desenvolver processos de capacitação para uma participação qualificada, incentivando ao pensamento crítico, tendo por base uma consciência reflexiva. Assim, as escolas são lugares privilegiados de aprendizagens, pelo que devem valorizar as competências e aprendizagens de educação formal e não formal, de forma a estimular a participação dos alunos em outras dimensões da vida coletiva. Na realidade, o que se verifica é que as escolas apenas valorizam as notas escolares no currículo, descurando de outras aprendizagens, igualmente, fundamentais para o desenvolvimento pleno do indivíduo, enquanto ser participativo na sociedade. Por conseguinte, é fundamental criar espaços de experimentação, de intervenção cívica e de ligação às questões concretas de cada território, para uma aprendizagem prática da cidadania nas escolas, não a reduzindo a um mero conteúdo curricular, como tem sido comum na disciplina de cidadania, devendo, para tal, ser revistos os programas e metodologias de ensino, em todos os níveis educativos. Em conclusão, **o futuro da democracia em Portugal depende da forma como se educa as nossas crianças e jovens, desde tenra idade, através de políticas, que contribuem para fomentar os valores e práticas da democracia, a par do envolvimento e comprometimento de toda a sociedade.**



Ana Martins

Vereadora da Câmara Municipal de Lagoa - Algarve
Vice-Presidente da Rede de Autarquias Participativas

Os desafios que se apresentam na sociedade nos dias de hoje são enormes e de uma amplitude global. A cidadania não pode ser apenas vista como um mero ato de votar, até porque se denota uma parca adesão das pessoas nos processos eleitorais.

A meu ver, a cidadania tem de ser vista mais além, não se centrar apenas no voto. Ao longo dos anos várias são as tentativas dos governos ao nível central e local para criar mecanismos de participação cidadã para consolidar a democracia. Existem os orçamentos participativos e muitos outros projetos que permitem impulsionar os mais jovens a pensar a sua cidade, a detetar problemas, a encontrar as soluções e a votar, para os aproximar cada vez mais dos processos de decisão.

Por essa razão **considero que o grande desafio é captar os jovens para participar ativamente na vida pública. Eles são o futuro e eles têm de se identificar com os modelos de participação, têm de considerar que o seu papel é importante na sociedade e que as suas "Vozes" e ações têm peso na comunidade onde se inserem.**

Posto isto o nosso papel é o de capacitar cada jovem para se tornar num cidadão ativo e consciente dos seus direitos e deveres, para que sejam capazes de se mobilizarem politicamente, sempre numa lógica de dar voz às causas que consideram pertinentes.

Para o exercício pleno da cidadania é extremamente necessário que cada pessoa se desenvolva como ser humano e se potencie individualmente. Esse potencial deve ser considerado tendo em conta o ambiente envolvente e os grupos onde a pessoa se movimenta, sendo então imprescindível e fundamental que se favoreça as condições para um processo de contínuo desenvolvimento a vários níveis, nomeadamente ao nível político, social e cultural para impulsionar a participação desde cedo.



Ana Umbelino

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras
Vice-Presidente da Rede de Autarquias Participativas

É preciso “democratizar a democracia”!

“Democratizar a participação democrática” é um desafio de sempre que, na contemporaneidade, perante um fundo histórico de inegável sobressalto - marcado por diferentes crises e crescentes movimentos populistas - se insinua com mais intensidade e sentido de urgência.

A complexidade dos tempos que vivemos convoca todos os cidadãos e cidadãs a participar politicamente nas diferentes arenas da vida pública.

Edificar localmente, na pequena escala, as condições favoráveis à sedimentação de uma cultura que torne a participação uma prática mainstream, transversal, “naturalizada” e expressa nos diferentes contextos e domínios da vida dos cidadãos e cidadãs avulta como condição e imperativo. Apenas cultivando a escuta recíproca e ensaiando processos de polinização cruzada, que maximizam os conhecimentos de cada um, é possível co-construir soluções para os problemas complexos que nos afrontam e erguer novos horizontes aspiracionais comuns. Tal implica criar espaços dialógicos e impõe desafiar a matriz de poder, ainda dominante, autorizando e estimulando a introdução de inovações em matéria de participação cuja reverberação atinja o coração das instituições, transformando-as.

Um maior compromisso cívico; uma maior capacidade de tirar proveito da inteligência, criatividade e auto-organização comunitárias na gestão do bem comum; uma maior partilha do poder e ensaio de formas alternativas e experimentais de democracia participativa e deliberativa, perfilam-se como exigência.

“A democracia tem de nascer de novo em cada geração”, afirmou John Dewey. **Mais do que uma condição perene e estática, a democracia é um processo, um movimento, uma metodologia social em permanente construção, cujo questionamento, avaliação e reinvenção convoca todos e todas, abrindo caminho para futuros livres.**



Cristina Pedra

Vice-Presidente da Câmara Municipal do Funchal
Vice-Presidente da Rede de Autarquias Participativas

Começamos por destacar o **elevado e honroso trabalho desempenhado pela Rede de Autarquias Participativas que marcou os municípios ao incentivar à participação dos cidadãos na gestão municipal, contribuir para o conhecimento de metodologias de participação e colaborar e articular a sua ação com os municípios.**

O objetivo primordial passa por promover e apoiar a implementação de políticas, estratégias e iniciativas que contribuam para uma cidadania ativa e maior participação dos munícipes em projetos que envolvam os diversos municípios.

Desta forma, desperta nos cidadãos a vontade de participar, de forma ativa e consciente, na implementação de projetos de interesse municipal, procurando contribuir para inverter a tendência, que se vem acentuando nos últimos anos, de afastamento, que desvirtua o modelo democrático em vigor. A desconfiança nas instituições parece ser a causa maior para esse afastamento.

Os processos participativos representam a face mais visível da Democracia Participativa, que permite dar voz ativa aos cidadãos e possibilitar o desenvolvimento de instrumentos de integração da comunidade.

O Funchal propõe que seja dada especial relevância à participação jovem, com o intuito de inverter o sentimento de incerteza em relação às instituições, procurando garantir mais transparência na governação local e criar uma maior proximidade junto dos cidadãos. Prevê-se que haja um maior envolvimento dos cidadãos na vida pública, o que vem beneficiar a democracia participativa em vários sentidos.

É essencial definir estratégias para alcançar uma maior participação juvenil, uma vez que são estes que mais se distanciam do exercício de direitos e deveres de cidadania.

É necessário incentivá-los, despertar-lhes o interesse e a consciência para a importância das suas escolhas, pois serão os decisores num futuro próximo, pelo que urge contribuir para a sua formação e preparação para enfrentar esses novos desafios.



José Tomé

Vice-Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã
Vice-Presidente da Rede de Autarquias Participativas

O município da Lourinhã tem assumido, nos seus domínios e competências, vários processos de cidadania participativa e integrado diversas redes temáticas, que permitem adquirir conhecimento, partilhar experiências e boas práticas, obtendo modelos de replicabilidade, que engrandecem o trabalho desenvolvido pelo poder local.

Nesse âmbito, iniciámos em 2015 o projeto de Orçamento Participativo da Lourinhã e promovemos, em simultâneo, a adesão à Rede de Autarquias Participativas.

A rede constituiu-se como um efetiva escola de formação autárquica em democracia participativa, envolvendo técnicos de autarquias, academia e entidades da sociedade civil, numa fase em que, em matéria de participação, poucas referências nacionais existiam.

Disponibilizar a todos os técnicos autárquicos este trabalho em rede, seja através dos diversos prémios de boas práticas, da edição de publicações, da elaboração de boletins e guias temáticos, dos encontros de trabalho, entre outras iniciativas, permite-nos, nos dias de hoje, desenvolver políticas com outro conhecimento e visão de futuro.

Promover novos paradigmas de participação dos cidadãos, assentes numa política de prestação de contas e de transparência dos processos, tornando o cidadão parte e co-decisor de política pública é, de facto, o caminho a seguir e é nesses pressupostos que a rede terá de dinamizar o seu trabalho.

Que tenhamos todos a visão e a capacidade de continuar a promover processos de participação pública em prol dos municípios e do desenvolvimento do território.



Miguel Gavinhos

Vice-Presidente da Câmara Municipal do Fundão
Vice-Presidente da Rede de Autarquias Participativas

A democracia participativa é para o Município do Fundão essencial no desenvolvimento da sociedade e na intervenção dos cidadãos, permitindo a construção de um futuro melhor, mais esclarecido e crítico na forma de governar o território.

A democracia participativa reforça a transparência na gestão pública, aproximando os cidadãos da informação e fomentando o surgimento de um ambiente propício à criatividade, à inovação, à criação de novos negócios e à atração de investimento.

O crescente afastamento dos cidadãos das decisões políticas é um desafio que coloca em causa todas as formas de democracia participativa, pelo que é urgente dar a conhecer o enquadramento técnico, legal e estratégico pelos quais as instituições públicas regem a sua atividade.

Este conhecimento irá permitir uma maior confiança nos decisores, assim como um maior reconhecimento na prossecução das políticas estabelecidas e que pretendem integrar a opinião e a vontade dos cidadãos.

As cidades tornam-se, portanto, num local essencial na dinamização da democracia participativa, pelas suas políticas de proximidade ao cidadão e pela sua capacidade de prossecução de mecanismos que promovam a real e efetiva participação.

De forma a ultrapassar este desafio **é essencial promover, ao nível das camadas mais jovens, uma participação ativa na tomada de decisões e na gestão dos recursos públicos. Formar os mais jovens é essencial, complementando essa formação com mecanismos que permitam ultrapassar todos os possíveis fatores de exclusão de participação dos cidadãos.**



Pedro Brás

Presidente da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão
Vice-Presidente da Rede de Autarquias Participativas

A democracia colaborativa assegura o envolvimento além da representação e participação.

Os desafios da democracia não são de futuro, são de presente. Isto porque se exige da democracia uma atualização e uma constante renovação para combater o surgimento, à direita e à esquerda, de modelos de populismo, que ameaçam, um pouco por todo o mundo, a democracia.

Facilmente constatamos que a presença da democracia participativa, integrada no sistema de democracia representativa, resulta em modelos mais sólidos de sociedade e menor crescimento destes fenómenos antissistema. Contudo, **à democracia é exigido que estimule uma maior participação dos cidadãos, sendo esta uma tendência global. É aqui que reside o desafio futuro.**

O cidadão confia na representatividade, exerce a sua participação nos meios informais e formais que tem ao seu dispor, mas ainda não se sente colaborante no desenvolvimento da democracia, pois o sistema democrático tem dificuldades em encontrar as respostas e a confiança para cumprir com as exigências da participação e a consequência mais direta é a polarização das sociedades.

Se o cidadão é chamado a escolher os seus representantes, se é empoderado para tomar decisões, então no futuro terá de colaborar na construção da democracia.

Ao analisarmos a democracia, constatamos que a sua base assenta no paradigma quantitativo e do individualismo. Os representantes são aqueles que tem mais votos, as ferramentas de participação, como o Orçamento Participativo ou outras, vencem quem mais bem classificado estiver. Tudo isto, fruto da ação individual que agregada representa um sentimento de coletivo.

Todavia, o cidadão exige o seu envolvimento e, tal facto trará consigo um novo paradigma, o paradigma qualitativo. Será o momento de as instituições associarem-se ao individuo na construção da democracia.

A democracia colaborativa será representatividade, será participação, mas também envolvimento e cooperação do cidadão e das instituições.



Sameiro Araújo

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga
Vice-Presidente da Rede de Autarquias Participativas

A minha primeira palavra, neste testemunho, não pode, evidentemente, deixar de ser esta: As minhas felicitações à Rede de Autarquias Participativas – aos Municípios e Freguesias, à Associação OFICINA, aos Membros Associados e a todos quantos têm colaborado – por estes 8 anos de atividade, de um caminho conjunto, sempre com o compromisso e o desígnio de promover a democracia participativa a nível local.

É minha convicção que, nesta matéria, temos de ser absolutamente claros: Não há plena democracia sem a efetiva participação dos cidadãos. E, constituindo o aprofundamento da democracia participativa um propósito constitucionalmente consagrado, a determinação e o foco de cativar os cidadãos para a participação ativa têm de ser permanentes. Um firme compromisso que tem de ser assumido de forma constante e por todos. Efetivamente, assim tem cumprido a RAP ao longo destes 8 anos, e – não posso deixar de sublinhá-lo – assim tem trilhado o caminho da democracia participativa o Município de Braga. Da valorização do Conselho Municipal da Juventude à implementação dos Orçamentos Participativos, do Parlamento Concelhio à revitalização da Estrutura Municipal de Voluntariado, passando pelo Conselho Municipal do Imigrante, Braga tem priorizado o estímulo da participação dos cidadãos.

No entanto, temos de ser objetivos e não podemos escamotear: Há ainda um longo caminho a percorrer. Recordo que, no início deste ano, a revista The Economist, no seu Democracy Index, considerou o nosso País, pela segunda vez consecutiva, uma “democracia com falhas”. E, entre os cinco indicadores que são analisados, o que apresentou nível mais baixo foi a “participação política”, e em seguida a “cultura política”. **Não tenho dúvidas, este é o maior desafio que temos de vencer: Virar esta página e fortalecer a nossa democracia, alavancando a participação das pessoas – particularmente das gerações mais jovens –. Isto é, no fundo, democratizar a democracia.**

E também não tenho dúvidas: Juntos, com a RAP, estamos mais perto de vencer este desafio.

A REDE SOMOS
TODOS NÓS

TESTEMUNHOS DE
TÉCNICOS





Alexandra Andrade

Gestão do Orçamento Participativo de Lisboa e outros Processos de Participação dos Cidadãos da Câmara Municipal de Lisboa

A Rede de Autarquias Participativas (RAP) cumpre oito anos de existência e, por isso, aqui ficam as minhas felicitações. É de saudar o trabalho desenvolvido na **recolha e compilação de processos participativos**, de envolvimento dos cidadãos nos vários municípios e autarquias portuguesas, a partilha de experiências, de boas práticas, mas também de desafios a cumprir, criando-se desta forma um **espaço efetivo de partilha de informação**, permanentemente atualizada, e o **espaço ideal de aprendizagem constante e de benchmarking**.

E porque as entidades são as pessoas que as compõem, gostaria de referir o Nelson Dias, coordenador técnico da RAP, que conheço há 15 anos, desde os preparativos do Orçamento Participativo de Lisboa, que acompanhou bem de perto, e com o qual sempre mantivemos uma relação de estreita e cordial colaboração. É de louvar as suas competências de análise, de trabalho próximo com todos, cidadãos, responsáveis políticos, e técnicos.

E estas competências, transpostas para a Rede de Autarquias Participativas, criam o potencial para se **promover uma verdadeira capacitação e agregação de todos os atores envolvidos nos processos participativos**, condição fundamental para que os mesmos sejam verdadeiramente inclusivos.

Os meus sinceros votos de continuação do maior êxito para a Rede de Autarquias Portuguesas e que todos continuemos a trabalhar de forma bem articulada, em prol da Democracia Participativa!



Ana Vieira

Técnica Superior, Coordenadora do Orçamento Participativo do Município de Oeiras

O Município de Oeiras mantém a sua participação na Rede de Autarquias Participativas desde 2019, ciente da **importância que esta rede tem mantido para a promoção e dinamização da democracia participativa em Portugal**.

Assumindo a sua contribuição para a concretização, a nível local, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os mecanismos de participação pública são um dos grandes desafios que as autarquias enfrentam. Hoje em dia, os cidadãos querem estar informados sobre os projetos e decisões políticas que os afetam, participar com ideias e, acima de tudo, querem ser envolvidos diretamente nas decisões.

Nesta perspetiva, **a Rede tem apoiado bastante as autarquias a desenvolverem ações de participação pública**, destacando-se iniciativas como fóruns de discussão pública no âmbito de processos de planeamento estratégico e conselhos de cidadãos, sendo que o Orçamento Participativo surge como o mecanismo mais reconhecido.

A adesão do Município de Oeiras à Rede constituiu um impulso importante na promoção da democracia participativa local. Neste **espaço privilegiado de partilha de boas práticas, de capacitação e de promoção de relações de cooperação nacional e internacional** com outras redes, o Município de Oeiras tem encontrado as soluções para determinados problemas que surgem no desenvolvimento dos seus processos participativos, a partilha de casos de sucesso, o bom acolhimento e espírito de entreatajuda com outros parceiros e a inspiração para o desenvolvimento de novos projetos locais.

Exemplo disto é a intenção de desenvolver, no próximo ano em Oeiras, um projeto-piloto de Orçamento Participativo em Bairro Municipal, inspirado no Projeto Quarteira Decide, um dos cinco finalistas da 7ª edição do Prémio de Boas Práticas de Participação, uma iniciativa de referência da Rede.

O Município de Oeiras reconhece o papel fundamental que a Rede de Autarquias Participativas tem desempenhado na promoção da participação pública, dando os parabéns pelos seus 8 anos de existência



António Barroso

Adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Braga

Recordo com imensa satisfação a tarde do dia 3 de dezembro de 2014, no salão nobre da Câmara Municipal de Cascais onde fui o signatário em representação do Município de Braga, da Carta de Compromisso de criação da Rede de Autarquias Participativas (RAP). Este ato simbólico, partilhado por trinta e quatro Câmaras Municipais, representou o empenho destas Autarquias em constituir uma nova estrutura colaborativa nacional, de modo a contribuir para a sinalização, disseminação, qualificação e divulgação dos processos de democracia participativa no país.

Na altura referi: “Os mecanismos de participação dos cidadãos na política autárquica têm vindo a ganhar relevo. É essencial os Municípios trocarem experiências e promoverem o encontro entre diferentes iniciativas realizadas neste âmbito. O Município de Braga tem vindo a dinamizar um conjunto de ações nesta área, nomeadamente o Orçamento Participativo e o Orçamento Participativo Escolar; o projeto “Nós Propomos”; o lançamento de Concursos de Ideias; Sessões Públicas de Esclarecimento; a descentralização de reuniões e sessões dos órgãos autárquicos; a criação da Provedoria do Município ou a promoção de diversos conselhos consultivos. Com esta rede pretendemos expor o nosso trabalho, mas também acolher outras boas práticas que elevem a participação dos Bracarenses.”

Se Braga já tinha e tem o desiderato de desenvolver ações de impulso à participação cívica, a RAP foi fundamental na sua implementação pois a troca de experiências, o estímulo, o apoio e informação das melhores práticas foram e são auxílios fundamentais para o sucesso que alcançamos em cada iniciativa que realizamos.

Hoje passados estes anos só posso confirmar a importância da RAP para a concretização efetiva de todas as expectativas na altura elencadas. Esta é a melhor forma de demonstrar a importância da Rede e acreditar que continuará com a mesma dinâmica a impulsionar e entusiasmar as Autarquias portuguesas a continuarem a realizar ações onde a democracia participativa mobilize os nossos concidadãos a serem mais participativos e interessados pela causa pública.

Longa vida à RAP!



Dália Jesus

Técnica Superior

Especialista em Cidadania Ambiental e Participação

Município de Torres Vedras

O processo de adesão de Torres Vedras à Rede de Autarquias Participativas (RAP), encetado em 2018, surgiu do compromisso do município na senda do desenvolvimento de mecanismos locais de democracia participativa assentes numa visão holística que instigue o envolvimento intersectorial dos vários serviços municipais.

Considerando que:

- a cidadania participativa assenta num modelo de exercício do poder político, focado no debate público entre cidadãos livres e em iguais condições de participação;
- os processos de discussão devem ser orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social,

importa pautar o caminho pela promoção da melhoria contínua. Para tal, a RAP tem sido um **importante veículo de transmissão de conhecimento** quer a nível de práticas de participação, quer no apoio para enfrentar desafios que se têm colocado no desenvolvimento dos múltiplos processos participativos de Torres Vedras.

De forma inquestionável, esta parceria, cujos laços se têm vindo a estreitar, tem contribuído para **incrementar a partilha e aprendizagem de metodologias participativas** que facilitam os processos de reflexão pessoais e interpessoais e permitem a atuação efetiva dos participantes sem os considerar meros recetores de conhecimento e informação.

A governança, concretizada através da participação, transfere o poder e a possibilidade de resolução de desafios para a esfera local, um caminho que só através de redes colaborativas será possível desbravar.



Domingos Veiga

Cidadania e Democracia Participativa

Intervenção Comunitária

União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Desde 2016 que a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão (UFMMA) integra a Rede de Autarquias Participativas (RAP).

Desde então, vários foram os encontros organizados pela RAP a nível nacional na qual tive o privilégio de participar, enquanto técnico da Junta de Freguesia afeto aos processos participativos (OP e OPJ). Tem sido um privilégio colaborar na RAP na qual têm participado cidadãos nacionais e estrangeiros (eleitos e técnicos) que falam a “Língua da Democracia Participativa” e em vários idiomas.

A integração na RAP tem sido uma mais-valia pessoal, enquanto técnico, e, por conseguinte, para os processos participativos (OP e OPJ) nos quais tenho colaborado, nomeadamente na construção de documentos orientadores, metodologias de processos, estratégias de comunicação e divulgação, entre outros.

Integrar a RAP é sinónimo de debate, troca de ideias e experiências entre vários intervenientes que se relacionam com projetos participativos, traduzindo -se em melhoras individuais para cada um dos processos participativos envolvidos.

Em suma, **o facto de integrarmos a RAP faz com que os processos participativos da UFMMA (OP e OPJ, Mini Presidentes, entre outros) evoluam a cada edição**, sempre com a participação dos cidadãos que têm tido um papel transformador na freguesia de Massamá e Monte Abraão, local onde vivem, trabalham e estudam.



Isabel Xavier

Diretora do Departamento de Cidadania
Câmara Municipal de Cascais

Foi há 8 anos que nos reunimos em Cascais. A sala de sessões da Câmara Municipal estava cheia de autarquias que subescreveram um compromisso para promover a participação cidadã.

De 2014 para cá, muitas dessas autarquias ganharam rostos e surgiu uma equipa de gente que interage, que está comprometida com a participação dos cidadãos.

Em oito anos construímos saberes, partilhámos conhecimentos e práticas, aprendemos uns com os outros e hoje somos rede, rede de autarquias participativas, mas também colaborativas.

Hoje continuamos o caminho, com mais determinação, porque com o tempo ficámos mais sólidos, mais fortes. A malha da nossa rede está mais apertada em fortes laços de interação de compromisso, de experiências, de aprendizagens, de partilhas de fracassos e de sucessos, de lições aprendidas.

De norte a sul, de este a oeste, nas ilhas crescemos. Hoje somos cerca de setenta e cruzamos todo o país. O que nos liga é acreditarmos na democracia, na participação e na cidadania. É grande o que nos liga e pequeno o que nos separa, por isso criámos tantas pontes. Somos “todos diferentes e todos iguais”. Passaram oito anos. Políticos, técnicos e cidadãos envolvidos neste desafio de abrir espaço à participação, reconhecer boas práticas, apoiar novas metodologias, partilhar nacional e internacionalmente o nosso conhecimento, as nossas aprendizagens.

Aos poucos a nossa rede cresce, aumenta e envolve mais autarquias, mais políticos, mais técnicos e consequentemente mais cidadãos.

Em Cascais temos o lema “tudo começa nas pessoas” e esta rede é a constatação disso mesmo. Tudo começa nas pessoas, por isso, em cada um de nós. E cada um de nós teceu um pouco desta forte malha que somos hoje.



Paulo Francisco

Técnico Especialista

Gabinete da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Loures

No ano em que se comemora o 8º aniversário da Rede das Autarquias Participativas, não posso deixar de referir a sua importância para o desenvolvimento e aumento da qualidade dos processos de participação pública dos municípios portugueses.

Desde a sua criação, muitos foram os benefícios para os municípios que se associaram a esta Rede, destacando para o efeito o reforço dos laços institucionais, a importância da partilha de experiências e conhecimento, bem como a disponibilização de soluções inovadoras com base em open-source e abertas à utilização / replicação de todos os membros.

Pessoalmente e profissionalmente cresci e aprendi com a Rede da Autarquias Participativas. No âmbito do meu percurso profissional e atividades, muitas vezes quando procurava soluções para novos desafios, com os quais me deparava com a necessidade de “inventar a roda”, descobri, através da RAP, que a solução tinha sido (re)inventada por um município mesmo ao lado. Essa importância da partilha de experiências e conhecimento é, na minha opinião, a maior força e garantia de continuidade da Rede das Autarquias Participativas

Muito do mérito da ascensão e consolidação da RAP deve-se aos executivos e corpo técnico dos municípios fundadores e da equipa que assegura o trabalho do secretariado técnico da rede, nomeadamente a equipa da “Oficina” liderada pelo Dr. Nelson Dias.

Votos de sucesso e longa vida à RAP....



Pedro Tavares

Dirigente Uo Desporto, Juventude e Turismo
Câmara Municipal de Lagoa - Açores

Desde 1974 (ano em que se percebeu que “o povo é quem mais ordena”) a comunidade portuguesa tem vindo a democratizar-se, sendo crescente, até aos dias de hoje, a vontade de participação de cada um, e das suas opiniões, sobre o desenvolvimento da sua comunidade. Na última década, uma maioria crescente das autarquias tem vindo a desenvolver iniciativas de participação cidadã que, cada vez mais, vão para além das obrigações vertidas na legislação que baliza a sua ação.

Fato que decorre de os autarcas terem consciência de que é a forma correta de gerir os destinos de uma freguesia/município, mas também, porque os seus fregueses/municípios questionam de forma mais frequente, de modo ativo e acutilante as opções tomadas. Importa, portanto, à classe política, preceder qualquer tomada de decisão de uma auscultação dos envolvidos, procurando em simultâneo a melhor fundamentação técnica para a mesma.

Parceira do desígnio do envolvimento da comunidade do processo decisório municipal, **a Rede de Autarquias Participativas tem vindo a apoiar os municípios através da sensibilização dos autarcas e capacitação dos técnicos.**

A RAP incorpora assim, desde a sua génese, **o conceito de trabalho em rede, promovendo a tomada de consciência coletiva e a definição de propósitos comuns dos seus membros.** Associa ainda a **capacidade produtiva de uma equipa técnica conhecedora do panorama nacional e internacional**, como comprovam as periódicas publicações nacionais de referência no tema de democracia participativa.



Sandra Generoso

Socióloga

Chefe de Divisão e Conselheira Local para a Igualdade no Município de Lagoa

Lagoa do Algarve é formalmente membro ativo da RAP desde 2018, beneficiando no entanto de todo o apoio e conhecimento técnico em matéria de processos participativos desde 2014, ano em que implementou o seu primeiro Orçamento Participativo.

A RAP é um **espaço de franca partilha de boas práticas de processos participativos diferenciados, que nos impulsionam a criar e a inovar no nosso próprio território** para que possamos também levar às nossas pessoas a possibilidade de intervir diretamente na gestão da “coisa” pública, sentindo-se envolvidas na construção de um território cada vez melhor para viver, estudar, trabalhar e visitar.

A RAP tem ainda um **papel fundamental na dinamização de diferentes espaços de diálogo e intercâmbio quer em contexto de disseminação de práticas nacionais como internacionais**, com uma forte ligação à Academia, aos decisores políticos, às equipas técnicas, aos atores sociais da comunidade, sustentando a importância dos processos participativos para a manutenção e consolidação da democracia. Estes momentos permitem-nos questionar e refletir a todo o tempo, inovando na nossa ação.

O Prémio de Boas Práticas de Participação, a própria plataforma digital, bem como o impulso à edição de trabalhos relativos à temática com o apoio dos membros, **são instrumentos importantíssimos que nos permitem uma atualização constante do ponto em que estamos e que direção queremos tomar**, apoiando numa decisão política mais esclarecida e fundamentada e impulsionando à capacitação das equipas técnicas.



Sandra Sousa

Coordenação Técnica do Orçamento Participativo de Ponta Delgada

A Câmara Municipal de Ponta Delgada aderiu à Rede de Autarquias Participativas (RAP), como seu membro fundador, no mesmo ano em que arrancou com o Orçamento Participativo, em 2014. Este foi pioneiro nos Açores, ao colocar em prática um processo de participação democrática deliberativo, dando voz ativa aos cidadãos e implementando medidas por eles propostas.

A adesão à RAP formalizou a vontade de Ponta Delgada em incluir as pessoas no processo de decisão de uma parte do conjunto de investimentos camarários que melhor se adequassem às suas necessidades e anseios mais imediatos.

O know-how ou o “saber fazer” da RAP, fundamentado no conhecimento das várias realidades do terreno e contextos em uso por outras Câmaras Municipais, autarquias locais e entidades, em geral, foi e continua a ser fundamental para que se apliquem as melhores práticas participativas e democráticas em todas as fases do processo do Orçamento Participativo, dos encontros de participação pública à implementação das ideias mais votadas pela população das 24 freguesias de Ponta Delgada.

Importante suporte organizativo para a realização de reuniões e encontros entre as autarquias do país, e mesmo de encontro de várias manifestações de participação na Península Ibérica (no caso da realização dos Encontros Ibéricos), **a RAP tem um papel de união no que à manutenção dos objetivos da democracia e dos processos administrativos diz respeito, apoiando no esclarecimento e na implementação das melhores práticas dos processos de decisão, em benefício das populações e comunidades.**



Sérgio Gonçalves

Desempenhou funções na área da participação no Município de Guimarães

Recordo com especial cuidado os inícios da formação da Rede de Autarquias Participativas, no distante ano de 2014. Guimarães estava presente com o seu processo de Orçamento Participativo a dar os primeiros passos. Foi sem dúvida um importante marco no seu desenvolvimento.

Através da Rede foram sendo criados fortes elos de comunicação e partilha de práticas e de novas iniciativas, que os diferentes membros tinham em desenvolvimento.

A RAP permitiu aos intervenientes descobrir novas práticas de participação, aperfeiçoar as existentes e aproximar vontades de promoção de uma verdadeira democracia participativa.

Proporciona oportunidades, formação e ferramentas que permitem ultrapassar constrangimentos nos processos de participação.

Sendo naturais as hesitações iniciais em processos inovadores, o balanço só pode ser considerado extremamente positivo.

A visão dos elementos da Rede vai para além do âmbito nacional, alcançando assim uma visão internacional de projetos e iniciativas que geram oportunidades únicas na aproximação dos cidadãos às práticas existentes ou iniciativas futuras.

A RAP consegue ser um espaço democrático e de forte visibilidade para a participação cívica, em especial nestes tempos em que tememos pela democracia.



Sónia Sousa Macedo

Técnica Superior

Gabinete de Cidadania do Município de Valongo

A Rede de Autarquias Participativas tem um papel muito importante para todos os que nas autarquias trabalham com o propósito de implementar melhores práticas de democracia participativa. Por ser uma rede colaborativa, integrá-la é uma oportunidade de conhecer outras experiências, de explorar e aprofundar conhecimentos sobre a aplicação de práticas em que os cidadãos tomam parte ativa na construção de soluções.

A partilha de conhecimentos e de boas práticas em rede é muito importante, não só porque as experiências podem inspirar-nos a fazer um melhor trabalho, mas, sobretudo, porque nos permitem refletir e questionar constantemente sobre melhores metodologias e processos.

Para além das atividades regulares, de realização de encontros e fóruns, o Prémio de Boas Práticas de Participação instituído pela Rede é uma oportunidade para dar visibilidade às práticas participativas mais inovadoras ao mesmo tempo que acaba por ser um repositório do que de melhor se tem feito em Portugal nesta matéria.

A Carta de Qualidade dos Orçamentos Participativos em Portugal, bem como a criação de um Sistema de Avaliação de Qualidade dos Orçamentos Participativos são também dois bons exemplos do trabalho essencial que é desenvolvido pela RAP e de como colaborativamente podem ser estabelecidos princípios para melhorar os níveis de exigência dos processos que implementamos.

MENSAGENS DE PARCEIROS





Adrià Duarte

Coordenador do Observatório Internacional de Democracia Participativa - ODP
Barcelona, Espanha

Neste oitavo aniversário da Rede de Autarquias Participativas (RAP) gostaria de felicitar toda a equipa que anima este valioso espaço de intercâmbio e trabalho, bem como todos os municípios portugueses que generosamente contribuem para reforçar esta cooperação para o bem comum.

Como coordenador do ODP, tive a oportunidade de ver o **grande trabalho realizado pela Rede em iniciativas como o prémio português de boas práticas e a organização dos Encontros Ibéricos de Orçamentos Participativos**, entre outras atividades.

A força da Rede é também muito útil para o ODP na mobilização dos municípios portugueses para atividades do Observatório, tais como a Conferência Internacional e o nosso Prémio de Boas Práticas.

Não há dúvida de que **a RAP faz um grande trabalho na divulgação, promoção e reconhecimento de boas práticas de participação dos cidadãos**. Esta é uma das razões pelas quais Portugal é um país tão avançado em termos de políticas e práticas de democracia participativa.

Anseio por continuar a trabalhar com a Rede e desejo-vos muitos mais anos de sucesso no vosso trabalho.



Antoine Bézard

Especialista em Orçamentos Participativos
Coordenador da plataforma lesbudgetsparticipatifs.fr
Paris, França

Em 2014, quando foi criada a Rede Portugal Participa, surgia em França a primeira iniciativa de Orçamento Participativo (OP). Desde então, o OP não deixou de crescer em todo o país. Em 2022, 400 cidades e 20 departamentos atribuíram fundos a projetos cívicos votados pelos seus habitantes.

Quando a primeira experiência começou, cidades pioneiras como Grenoble, Montreuil, Paris e Rennes reuniram-se nos Alpes para partilhar as suas práticas e definir o que é o Orçamento Participativo (e o que não é!). Nasceram os Encontros Nacionais de Orçamentos Participativos! Anualmente, este evento acolhe cada vez mais funcionários eleitos, profissionais e cidadãos.

Depois de Grenoble, Rennes, Montreuil, Rennes, Clermont-Ferrand, Angers e, este ano, Amiens organizaram o evento. Foi em Amiens que a França se juntou a Portugal e criou a sua própria rede francesa. Para chegar a este ponto, **a experiência da Rede de Autarquias Participativas (RAP) foi muito útil**. Em 2021, em Angers, Nelson Dias, enquanto Coordenador da Secretaria Técnica da RAP, esclareceu a futura rede francesa sobre a forma como a rede portuguesa funciona e as atividades que desenvolve. **Fiquei especialmente impressionado com todo o trabalho desenvolvido pela RAP em sete anos. Isto representa uma enorme fonte de inspiração e mesmo um modelo a seguir.**

A rede francesa está agora no bom caminho. É constituída por dois colégios, um representando funcionários e técnicos eleitos, e outro incorporando residentes de cidades de diferentes dimensões e experiências, como Albi, Amiens, Angers, Clermont-Ferrand, Grenoble, Marselha, Montreuil, Nancy, Ploemeur Rennes, Tours.



Carlos Paz

Técnico Superior do departamento de juventude
Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.

O Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.) tem promovido diversos programas e iniciativas que têm como objetivo reforçar a participação dos jovens, em especial nos processos de decisão, fomentando um modelo de governação mais próximo dos jovens. Neste âmbito destaca-se o Orçamento Participativo Jovem Portugal que visa contribuir para a melhoria da nossa democracia, pela inovação e reforço das formas de participação pública dos jovens.

Tendo o IPDJ, I.P. como objetivo o desenvolvimento de processos e mecanismos inovadores que promovam a participação dos jovens, é fundamental que o IPDJ, I.P. integre as principais redes e fóruns no domínio da participação e democracia.

A Rede de Autarquias Participativas tem permitido ao IPDJ, I.P. estar presente nos principais eventos nacionais que se têm realizado nas áreas da participação e democracia como foi recentemente o caso do V Encontro Ibérico de Orçamentos Participativos. A presença do IPDJ, I.P. nestes eventos **permite conhecer boas práticas e modelos inovadores de processos participativos que podem vir futuramente a ser adaptados ao contexto nacional e desenvolvidos pelo IPDJ, I.P.** Ademais, a informação disponibilizada no site da Rede de Autarquias Participativas sobre diversos processos participativos nacionais e internacionais, permitiu ao IPDJ, I.P. recolher dados relevantes para o desenvolvimento de projetos e estudos em que tem estado envolvido. **A Rede de Autarquias Participativas tem sido um parceiro muito relevante e uma mais-valia para o trabalho desenvolvido pelo IPDJ, I.P. no domínio da participação dos jovens.**



Célio Paulo Piovesan

Membro da Rede Brasileira de Cidades do Orçamento Participativo
Canoas, Brasil

Desde os anos 90, o Orçamento Participativo, iniciado no hemisfério sul, se projetou como uma das formas mais reais de democracia participativa direta. Uma experiência bem-sucedida de participação popular nas decisões orçamentárias da administração pública. Ele foi mais que colocar o pobre no orçamento público, mais sim colocar o pobre na decisão das prioridades de uma cidade.

O modelo tem servido de inspiração para cidades e estados em todos os continentes.

Quando estive em Portugal, na 13ª Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa – OIDP, tive a oportunidade de conhecer uma das mais importantes experiências de participação, vivenciada na cidade de Cascais.

Naquele momento **vimos que Portugal estava prestes a fazer sua caminhada no desafio de engajar a população para participar mais ativamente nos governos.**

Hoje Portugal celebra esta conquista democrática, com o 8º aniversário da Rede de Autarquias Participativas. **Vida longa à Democracia Participativa** e a este jeito de Governar Portugal.



Lena Langlet

Head of the Democracy Section

SALAR (Swedish Association of local Authorities and Regions)

Estocolmo, Suécia

SALAR, a Associação Sueca de Autoridades Locais e Regiões envia as nossas mais calorosas felicitações na celebração do 8º aniversário da Rede de Autarquias Participativas (RAP).

Para nós, a troca internacional de experiências é importante quando apoiamos e inspiramos os municípios e regiões na Suécia a desenvolver formas de participação dos cidadãos.

Graças à cooperação com a RAP, pudemos partilhar valiosas experiências e exemplos de aprendizagem de municípios em Portugal com municípios na Suécia.

Percebemos que as autoridades locais portuguesas são inovadoras e bem-sucedidas. Destacamos, portanto, frequentemente estes como bons exemplos para as municipalidades suecas.

Agradecemos também o seu interesse no trabalho que realizamos como organização associativa de municípios e regiões na Suécia.

Aguardamos com expectativa um intercâmbio contínuo com a vossa Rede nos próximos anos, especialmente nestes tempos em que não podemos tomar a democracia como um dado adquirido.



Louise O'Kane

Community Places and Participatory Budgeting Works
Belfaste, Irlanda do Norte

Muitos Parabéns à Rede de Autarquias Participativas (RAP) por 8 anos de promoção da democracia participativa e de apresentação de boas práticas, tanto no palco local como internacional.

Ao longo dos últimos cinco anos, período em que o Orçamento Participativo (OP) deu os primeiros passos na Irlanda do Norte, **temos beneficiado grandemente do trabalho, dos conhecimentos e da experiência da RAP e da amplitude do OP em Portugal**. Em particular, abordagens para **capacitar os jovens nas escolas e comunidades; recorrer ao OP para envolver os cidadãos nos desafios das alterações climáticas; promover a qualidade em cada processo de OP; e reforçar o trabalho em parceria**.

Inspirámo-nos na abordagem de colaboração, compromisso e alcance da RAP.

À medida que continuamos a aumentar a nossa própria comunidade de práticas de Orçamentação Participativa, esperamos que no futuro haja oportunidade para nos ligarmos e trabalharmos com a RAP, para fazer avançar a nossa aprendizagem e experiência conjuntas.

Estou entusiasmada por ver o que os próximos 8 anos trarão para a Rede!



Rede de Autarquias Participativas

www.portugalparticipa.pt
fb.com/portugalparticipa

Secretaria Técnica

Oficina
rap@oficina.org.pt
www.oficina.org.pt/rap.html